

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 3

Atena
Editora

Ano 2020

**Solange Aparecida de Souza Monteiro
(Organizadora)**



A Educação em suas Dimensões Pedagógica, Política, Social e Cultural 3

Atena
Editora
Ano 2020

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação: Geraldo Alves

Edição de Arte: Lorena Prestes

Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná

Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Msc. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Msc. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Msc. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
 Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
 Prof. Msc. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
 Prof. Msc. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
 Prof^a Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
 Prof. Msc. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
 Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
 Prof^a Msc. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
 Prof^a Msc. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
 Prof^a Dr^a Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
 Prof. Msc. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof. Msc. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual de Maringá
 Prof. Msc. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
 Prof^a Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
 Prof^a Msc. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
 Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

E24 A educação em suas dimensões pedagógica, política, social e cultural
3 [recurso eletrônico] / Organizadora Solange Aparecida de
Souza Monteiro. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-81740-29-0

DOI 10.22533/at.ed.290201302

1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Aspectos sociais.
3. Educação – Inclusão social. I. Monteiro, Solange Aparecida de
Souza.

CDD 370.710981

Elaborado por Maurício Amormino Júnior | CRB6/2422

Atena Editora
 Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Brinquedo que for dado, criança brinca
brincando com fardado, criança grita
mas se leva pro sarau, a criança rima
(Carnevalli, Rafael, 2015)

A Educação, nas suas diversas dimensões, seja política, cultural, social ou pedagógica, é articular, acompanhar, intervir e executar e o desempenho do aluno/cidadão. As dimensões pedagógicas são capazes de criar e desenvolver sua identidade, de acordo com o seu espaço cultural, pois possuem um conjunto de normas, valores, crenças, sentimentos e ideais. Sobretudo, na maneira de conhecer as pessoas e conhecer o mundo, suas expressões criativas, tudo isto, é um espaço aberto para o desenvolvimento de uma Proposta Pedagógica adequada à escola e de acordo com o disposto na Lei no 9394/96, Título II, Art. 2o: “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Diante das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo, a escola vem sendo questionada acerca do seu papel nesta sociedade, a qual exige um novo tipo de trabalhador, mais flexível e polivalente, capaz de pensar e aprender constantemente, que atenda as demandas dinâmicas que se diversificam em quantidade e qualidade. A escola deve também desenvolver conhecimentos, capacidades e qualidades para o exercício autônomo, consciente e crítico da cidadania. Para isso ela deve articular o saber para o mundo do trabalho e o saber para o mundo das relações sociais. No seu âmbito mais amplo, são questões que buscam apreender a função social dos diversos processos educativos na produção e reprodução das relações sociais. No plano mais específico, tratam das relações entre a estrutura econômico-social, o processo de produção, as mudanças tecnológicas, o processo e a divisão do trabalho, a produção e a reprodução da força de trabalho e os processos educativos ou de formação humana. Nesta nova realidade mundial denominada por estudiosos como sociedade do conhecimento não se aprende como antes, no modelo de pedagogia do trabalho taylorista / fordista fundadas na divisão entre o pensamento e ação, na fragmentação de conteúdos e na memorização, em que o livro didático era responsável pela qualidade do trabalho escolar. Hoje se aprende na rua, na televisão, no computador em qualquer lugar. Ou seja, ampliaram-se os espaços educativos, o que não significa o fim da escola, mas que esta deve se reestruturar de forma a atender as demandas das transformações do mundo do trabalho e seus impactos sobre a vida social. A obra “A EDUCAÇÃO EM SUAS DIMENSÕES PEDAGÓGICA, POLÍTICA,

SOCIAL E CULTURAL” em seus 04 volumes compostos por capítulos em que os autores abordam pesquisas científicas e inovações educacionais, tecnológicas aplicadas em diversas áreas da educação e dos processos de ensino. Esta obra ainda reúne discussões epistemológicas e metodológicas da pesquisa em educação, considerando perspectivas de abordagens desenvolvidas em estudos e orientações por professores da pós-graduação em educação de universidades públicas de diferentes regiões/lugares do Brasil. Essa diversidade permite aos interessados na pesquisa em educação considerando a sua diversidade e na aproximação dos textos percebe-se a polifonia de ideias de professores e alunos pesquisadores de diferentes programas formativos e instituições de ensino superior, podendo também cada leitor se perceber na condição de autor de suas escolhas e bricolagens teórico-metodológicas.

Entendemos que esses dois caminhos, apesar de diferentes, devem ser traçados simultaneamente, pois essas aprendizagens não são pré-requisito uma da outra; essas aprendizagens acontecem ao mesmo tempo. Desde pequenas, as crianças pensam sobre a leitura e a escrita quando estão imersas em um mundo onde há, com frequência, a presença desse objeto cultural. Todo indivíduo tem uma forma de contato com a língua escrita, já que ele está inserido em um mundo letrado. Segundo a educadora Telma Weiz, “a leitura e a escrita são o conteúdo central da escola e têm a função de incorporar à criança a cultura do grupo em que ela vive”. Este desafio requer trabalho planejado, constante e diário, além de conhecimento sobre as teorias e atualizações. Enfim, pode-se afirmar que um dos grandes desafios da educação brasileira hoje é não somente garantir o acesso da grande maioria das crianças e jovens à escola, mas permitir a sua permanência numa escola feita para eles, que atenda às suas reais necessidades e aspirações; é lidar com segurança e opções políticas claras diante do binômio quantidade versus qualidade. Escrever é um caso de devir, sempre inacabado, sempre em via de fazer-se, e que extravasa qualquer matéria vivível ou vivida. (GILLES DELEUZE, A literatura e a vida. In: Crítica e Clínica) Finalmente, uma educação de qualidade tem na escola um dos instrumentos mais eficazes de tornar-se um projeto real. A escola transforma-se quando todos os saberes se põem a serviço do aluno que aprende, quando os sem vez se fazem ouvir, revertendo à hierarquia do sistema autoritário. Esta escola torna-se, verdadeiramente popular e de qualidade e recupera a sua função social e política, capacitando os alunos das classes trabalhadoras para a participação plena na vida social, política, cultural e profissional na sociedade.

Boa leitura!!!

Solange Aparecida de Souza Monteiro

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
FORMAÇÃO E PERFIL DOCENTE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: ANÁLISE DOS DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS	
Julliano Cruz de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2902013021	
CAPÍTULO 2	14
FRACASSO ESCOLAR NO BRASIL: PRINCIPAIS CAUSAS	
Maria do Rosário Alves de Jesus	
DOI 10.22533/at.ed.2902013022	
CAPÍTULO 3	24
GAME DA ÁGUA: UMA ATIVIDADE LÚDICA PARA O ENSINO DA QUÍMICA DA ÁGUA PARA ALUNOS DE ENSINO MÉDIO	
Regianne Ferreira da Silva	
Karolayne Amorim Souza	
Tatiana. Aparecida Rosa da Silva	
Edina Cristina Rodrigues de Freitas Alves	
DOI 10.22533/at.ed.2902013023	
CAPÍTULO 4	36
BRINCADEIRA PROTAGONIZADA COMO POSSIBILIDADE DIDÁTICA: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DA CRIANÇA PRÉ-ESCOLAR	
Fernanda Oliveira Brigatto Silvano	
DOI 10.22533/at.ed.2902013024	
CAPÍTULO 5	45
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA: PERSPECTIVAS E REALIDADE	
Nazaré dos Santos Costa Alves	
Ione Oliveira Jatobá Leal	
DOI 10.22533/at.ed.2902013025	
CAPÍTULO 6	54
IGARAPÉ BEM TEMPERADO 2016: A EXTENSÃO DA APRENDIZAGEM PARA ALÉM DOS MUROS DA FACULDADE	
Laylla Gabrielle Borges Correia Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.2902013026	
CAPÍTULO 7	69
INFÂNCIAS MARCADAS PELAS DINÂMICAS NAS RELAÇÕES SOCIAIS E CULTURAIS: UM DIÁLOGO ENTRE A SOCIOLOGIA DA INFÂNCIA E PAULO FREIRE	
Ana Sebastiana Monteiro Ribeiro	
Renata Cristina de L.C.B. Nascimento	
Samantha Dias de Lima	
DOI 10.22533/at.ed.2902013027	

CAPÍTULO 8	79
JOGOS E ENSINO DE HISTÓRIA: O USO DO JOGO RPG (<i>ROLE PLAYING GAME</i>) DIGITAL PARA O ENSINO <i>ONLINE</i> DAS ROTAS DO TRÁFICO DE ESCRAVIZADOS NA BAHIA	
Joelma Cerqueira de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.2902013028	
CAPÍTULO 9	88
<i>LIGHTBOT</i> LOGICAMENTE: UM GAME LÚDICO AMPARADO PELO PENSAMENTO COMPUTACIONAL E A MATEMÁTICA	
Daniella Santaguida M. de Souza Graziela Ferreira Guarda Ione Ferrarini Goulart Maria Luiza F. Goulart	
DOI 10.22533/at.ed.2902013029	
CAPÍTULO 10	99
LITERATURA GAMIFICADA	
Carolina Müller	
DOI 10.22533/at.ed.29020130210	
CAPÍTULO 11	109
NANOCIÊNCIA E NANOTECNOLOGIA: UMA PROPOSTA MULTIDISCIPLINAR PARA O ENSINO MÉDIO	
Marccus Victor Almeida Martins Débora Silva Vidigal Dourado Jerliam Soares Araújo Jocélia Pereira de Carvalho Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.29020130211	
CAPÍTULO 12	117
NOVOS OLHARES SOBRE A PEDAGOGIA	
Rosemeire Ferrarezi Valiante Noely de Assunção Gomes Priscila Dayse Gomes Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.29020130212	
CAPÍTULO 13	133
O CURSO DE EXTENSÃO <i>OFICINA DE ALFABETIZAÇÃO</i> : REFLEXÕES, MUDANÇAS NA PRÁTICA PEDAGÓGICA E NOS RESULTADOS JUNTO ÀS CRIANÇAS ALFABETIZANDAS	
Luciane Manera Magalhães	
DOI 10.22533/at.ed.29020130213	
CAPÍTULO 14	145
O ENSINO DO DIREITO PARA OS INDÍGENAS	
Nadia Teresinha da Mota Franco Patrícia Guerrero	
DOI 10.22533/at.ed.29020130214	

CAPÍTULO 15	157
O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RONDÔNIA	
Rudhy Marssal Bohn Marilsa Miranda de Souza Francisco Cetrulo Neto	
DOI 10.22533/at.ed.29020130215	
CAPÍTULO 16	177
O PAPEL DO CORPO NOS PROCESSOS EDUCATIVOS: A RELAÇÃO CORPO/ MENTE NA ESCOLA	
Caio Cezar Piraciaba de Brito	
DOI 10.22533/at.ed.29020130216	
CAPÍTULO 17	188
O PROCESSO DE FORMAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NO CENÁRIO DAS ASSIMETRIAS DA EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRA	
Ana Kely Martins da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.29020130217	
CAPÍTULO 18	201
O PROFESSOR, A SALA DE AULA, OS DESAFIOS QUE SE APRESENTAM E A APRENDIZAGEM COLABORATIVA	
Diego Souza dos Santos Irene da Silva Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.29020130218	
CAPÍTULO 19	211
O USO DE <i>FANFICTIONS</i> COMO PROPOSTA DE PRODUÇÃO DE TEXTO NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Greicielle da Silva Borges Karyne Paula de Souza Franco Tauã Carvalho de Assis	
DOI 10.22533/at.ed.29020130219	
CAPÍTULO 20	219
O USO DO LITEMAP EM UMA DISCUSSÃO COLABORATIVA	
Luziana Quadros da Rosa Renata Oliveira da Silva Lucyene Lopes da Silva Zaida Cristiane dos Reis Márcio Vieira de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.29020130220	
CAPÍTULO 21	231
OBJETOS E FOTOGRAFIAS NO ENSINO DE HISTÓRIA PARA O 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Jéssica Domenic Candiani Martins Magda Madalena Tuma	

DOI 10.22533/at.ed.29020130221

CAPÍTULO 22 245

OFICINA DE HISTÓRIAS EM QUADRINHOS PARA PROFESSORES DO QUARTO E QUINTO ANO DA ZONA RURAL DA SEMED

Cleusa Suzana Oliveira de Araujo
Lucia Helena Soares de Oliveira
Maria José Pereira de Sousa
Kamila Queiroz Guimarães
Elizama de Oliveira Pereira Gaspar

DOI 10.22533/at.ed.29020130222

CAPÍTULO 23 254

OS DESAFIOS DO ENSINO DE LIBRAS: ADEQUAÇÃO DOS LÉXICOS UTILIZADOS NAS DISCIPLINAS DE LIBRAS DA UFJ

Thábio de Almeida Silva
Kamilla Fonseca Lemes
Érica Ferreira Melo

DOI 10.22533/at.ed.29020130223

CAPÍTULO 24 264

OS MÉTODOS UTILIZADOS NA EDUCAÇÃO PARA O TRÂNSITO NO MUNICÍPIO DE RIO VERDE – GO

Ayer Barsanulfo Franco
Alexsandro Silva Mateus
Max Miliano Costa
Jair Pereira Melo Júnior
João Eduardo Viana Guimaraes

DOI 10.22533/at.ed.29020130224

CAPÍTULO 25 272

OS POVOS ORIGINÁRIOS DO CARIRI PARAIBANO: DIÁLOGOS ANTROPOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO

Elenilda Sinésio Alexandre da Silva
Aristófanés Alexandre da Silva

DOI 10.22533/at.ed.29020130225

CAPÍTULO 26 280

OS SABERES NECESSÁRIOS PARA A FORMAÇÃO DO PROFESSOR: UM OLHAR SOB O PRISMA DISCENTE

Leonardo Mendes Bezerra
Ana Cristina Teixeira de Brito Carvalho
Terezinha de Jesus Maia Lima

DOI 10.22533/at.ed.29020130226

CAPÍTULO 27 292

OUTRO PERSONAGEM DE RANCIÈRE? - LOUIS-GABRIEL GAUNY E SEU RELATO AUTO-FORMATIVO

Vinicius B. Vicenzi

DOI 10.22533/at.ed.29020130227

CAPÍTULO 28	305
PABLO PICASSO: TRAÇOS E DESENHOS GEOMÉTRICOS. RELATOS DE EXPERIÊNCIA PEDAGÓGICA COM EDUCAÇÃO INFANTIL DE UMA ACADEMICA DE ARTES VISUAIS – MODALIDADE PARFOR	
Lilian Verônica Souza	
Lindamir Aparecida Rosa Junge	
Roseli Kietzer Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.29020130228	
CAPÍTULO 29	313
PAULO FREIRE E MARIO OSORIO MARQUES: UM LEGADO DE EDUCAÇÃO HUMANIZADORA	
Antônio Carlos Gonçalves do Amaral	
Milton César Gerhardt	
Walter Frantz	
DOI 10.22533/at.ed.29020130229	
CAPÍTULO 30	322
EDUCAÇÃO SEXUAL: CRIANÇAS E O PROCESSO DE (RE)CONHECIMENTO DO CORPO, DA SEXUALIDADE, DO GÊNERO E DE SUAS EXPRESSÕES	
Solange Aparecida de Souza Monteiro	
Melissa Camilo	
Débora Cristina Machado Cornélio	
Paulo Rennes Marçal Ribeiro	
Heitor Messias Reimão de Melo	
Fernando Sabchuk Moreira	
Valquiria Nicola Bandeira	
Carlos Simão Coury Corrêa	
Andreza de Souza Fernandes	
Monica Soares	
Vanessa Cristina Scaringi	
DOI 10.22533/at.ed.29020130230	
SOBRE A ORGANIZADORA	351
ÍNDICE REMISSIVO	352

O ENSINO SUPERIOR PRIVADO E O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM RONDÔNIA

Data de aceite: 31/01/2020

Rudhy Marssal Bohn

Fundação Universidade Federal de Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/1474088994513643>

Marilsa Miranda de Souza

Fundação Universidade Federal de Rondônia
<http://lattes.cnpq.br/1667476928278504>

Francisco Cetrulo Neto

Instituto Federal Goiano - Campus Campos Belos
<http://lattes.cnpq.br/2323760577186485>

RESUMO: A precarização do trabalho docente tem sido intensificada pela consequente mercantilização do ensino. A divisão da sociedade em classe provoca um processo de negação da natureza humana, desta forma, o trabalho docente tem sofrido com as diversas formas de precarização. A pesquisa demonstra as formas de precarização que sofrem os docentes do ensino superior privado em Rondônia. O trabalhador docente está sujeito às várias formas de precarização, sendo: intensificação do trabalho, flexibilização, desvalorização, sobrecarga de trabalho e trabalho não remunerado.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Superior Privado. Precarização. Trabalho Docente.

ABSTRACT: The precariousness of teaching

work has been intensified by the consequent commercialization of teaching. The division of society into class causes a process of denial of human nature, in this way, the teaching work has suffered with the various forms of precariousness. The research shows the forms of precariousness suffered by private higher education teachers in Rondônia. The teaching worker is subject to various forms of precarization, such as: intensification of work, flexibility, devaluation, work overload and unpaid work.

KEYWORDS: Private Higher Education. Precariousness. Teaching Work.

INTRODUÇÃO

A partir dos dados levantados em pesquisa realizada para o mestrado (Bohn, 2016), com os aportes de novas discussões travadas com os colegas co-autores deste artigo, apresentamos reflexões sobre o processo de precarização do trabalho docente no estado de Rondônia

A evolução do homem provocou a divisão da sociedade em classe, provocando também uma mudança no processo do trabalho como princípio educativo, que anteriormente era um fato inteiramente ligado a relação do homem

com o trabalho. O modo de produção capitalista provocou decisivas mudanças nesta relação.

Assim, seguindo essa perspectiva e considerando a educação como princípio de formação da consciência pelo processo educativo, temos como objeto de pesquisa o trabalhador docente, especificamente os professores do ensino superior privado em Rondônia e as condições que geram a precarização de seu trabalho. Avaliamos este segmento como pertencente à classe trabalhadora, pois entendemos que o trabalhador docente, faz parte desta classe. Este trabalhador se insere “nas relações sociais do modo capitalista de produção [...] não apenas como sujeito, mas como ator do processo” (BAUER, DINIZ e PAULISTA, 2013, p. 42).

O trabalhador docente é parte da classe trabalhadora, pois no processo produtivo é a formação das pessoas para o mercado de trabalho, contribuindo, dessa forma para a geração de mais-valia dentro do sistema capitalista. Dessa forma, “não constitui uma terceira categoria, uma classe diferente. É um trabalhador explorado como os demais” (DAL ROSSO, 2011, p. 20).

As mazelas que os professores sofrem não diferem das dificuldades que outros trabalhadores enfrentam no dia-a-dia. No discurso, a profissão docente é apresentada como uma das ocupações mais nobres, exigindo responsabilidades e sacrifícios devendo ser exercida como vocação (WEBER, 2001) ou sacerdócio (COSTA, 1995). Essas definições fazem parte de um contexto: a negação da exploração, colocando os professores em condições de realização de suas atividades como um trabalho vocacional.

O processo mercantil da educação superior no Brasil tem proporcionado grandes ganhos financeiros, haja vista a sua evolução em índices quantitativos, os dados que apresentamos nesse momento (Censo da Educação Superior, 2013), guardam uma relação com a justificativa do processo de precarização que o trabalho docente está submetido.

Assim o objetivo geral desta pesquisa é analisar o ensino superior privado e a consequente precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior privado no Estado de Rondônia.

A fundamentação metodológica se embasa no materialismo histórico-dialético, pois acredita-se ser a melhor forma de analisar o contexto que nos propomos a pesquisar.

O método do materialismo histórico-dialético, entendido como um instrumento de captação dos fatos sociais, da realidade enquanto práxis e de interpretação que possibilite a intervenção transformadora da realidade e de novas sínteses no plano de conhecimento e no plano da realidade histórica (SOUZA, 2010).

A análise dos dados foi realizada a luz método dialético, visualizando as

múltiplas faces dos objetos e suas contradições, interpretando-os de forma objetiva e subjetiva, buscando as relações de dominância entre o capital e o trabalho.

A PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

A educação no ensino superior privado teve grande crescimento nas últimas décadas. Intensificou-se a partir da Reforma Universitária de 1968, sendo essa a mola propulsora do modelo privatizante do ensino superior no Brasil, abrindo condições as organizações “de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico para a análise da sociedade brasileira” (FERNANDES, 1975, p. 51-55; MARTINS, 2009, p. 17).

Neste sentido o que se verifica são investimentos de capitais nesse segmento da economia, ou seja, a educação passa a ser vista como negócio. A partir de então, o crescimento do número de Instituições do Ensino Superior (IES) privadas foi vertiginoso passando estas a atender a grande maioria dos estudantes nessa faixa de ensino.

Ao longo de anos, para atender aos interesses dos países imperialistas, o Brasil, busca de forma mercadológica, transformar a educação em um setor da economia que gera retorno para o capital.

Ao longo de anos, para atender aos interesses dos países imperialistas, o Brasil, busca de forma mercadológica, transformar a educação em um setor da economia que gera retorno para o capital.

A política de privatização se acentuou com o término da ditadura (1985), verificando sua continuidade ao longo da década de 1990 e início do século XXI com um franco processo de expansão e de mercantilização do ensino superior. Observe-se que a expansão privatista não deve ser dissociada da desresponsabilização do Estado validado e incentivado pelos governos, de Fernando Henrique Cardoso a Dilma, pautados no pressuposto de que a educação é um “bem público”, sendo, portanto, um direito de instituições públicas e privadas oferecerem seus serviços educacionais à população (PEREIRA, 2009).

Partindo desse avanço cresce o número de instituições privadas de ensino superior e, inclusive, o forte aporte de investimentos de capital estrangeiro, conforme dados apresentados pelo IBGE, Censo sobre a Educação Superior Brasileira e INEP, verifica-se essa evolução e, conseqüentemente, como a concessão da educação superior ao domínio privado tem proporcionado uma precarização do trabalho docente. Nesse quadro de abertura e expansão mercadológica do ensino superior, situa-se a investigação imprimida neste trabalho buscando verifica se e como isso tem contribuído a precarização do trabalho docente.

Embora o investimento na educação seja uma obrigação constitucional do Estado, o que percebe-se é um progressivo processo de privatização, transferindo para grandes instituições privadas o papel de oferecer em maior quantidade as vagas no ensino superior. Percebe-se, neste ato, que por ser um estado de classe, o Estado serve ao capital, cumprindo, quando muito o papel de regulador, ao controlar a aprovação e a avaliação de cursos superiores

Na mercantilização da educação, bem como de outros setores, percebemos uma tendência do modo de produção capitalista: “o capital é um modo de controle sociometabólico historicamente específico, cuja estrutura de comando deve ser adequada em todas as esferas e em todos os níveis, por não poder tolerar absolutamente nada acima de si” (MÈSZÁROS, 2002).

Os investimentos na educação superior, seguindo a lógica de privatização dos governos federais, proporciona uma crescente mercantilização do ensino. Neste sentido vale a explanação de Gentili quanto a privatização,

a privatização envolve uma dinâmica onde se combinam três modalidades institucionais complementares: 1) fornecimento público com financiamento privado (privatização do financiamento); 2) fornecimento privado com financiamento público (privatização do fornecimento); 3) fornecimento privado com financiamento privado (privatização total) (GENTILI, 1998).

O livre mercado, apoiado pelas políticas neoliberais, faz com que o investimento na Educação Superior se torne uma expansão do capital, visto que o Estado não consegue suprir a necessidade da demanda e nem se sente na obrigação de fazê-lo (SCREMIN, 2005).

As instituições de ensino superior privado se direcionam para as demandas de mercado, onde a oferta tende a seguir a necessidade econômica de determinada região, não havendo preocupação com a formação social do homem diante da sociedade, tão pouco com a pesquisa e extensão, restringindo-se a promover uma mera reprodução do conhecimento.

Há uma necessidade (capitalista) em produzir mais-valia. Isso se torna uma relação natural dentro do processo educacional privatizado, onde o ensino passa a ser uma mercadoria, com objetivo de obtenção de lucro.

A produção capitalista não é apenas produção de mercadorias, ela é essencialmente produção de mais-valia. O operário não produz para si, mas para o capital. De modo que já não basta que ele, pura e simplesmente, produza. Ele tem que produzir mais-valia. Só é produtivo o operário que produz mais-valia para o capitalista ou que serve para a autovalorização do capital. [...] um mestre-escola é operário produtivo quando não só cultiva as cabeças das crianças, mas se esfalfa para enriquecimento do empresário (ANTUNES, 2013).

Dentro dessa lógica o docente vê a sua situação tornar-se intensificada e

precarizada vez que o maior custo de uma IES é com a mão de obra docente. Para reduzir custos de produção, a empresa sente a necessidade cada vez maior de aumentar a produtividade do trabalhador seja aumentando sua jornada de trabalho, seja atribuindo mais funções para serem desempenhadas, seja transferindo ao docente responsabilidade que ele se vê obrigado a cumprir em seu tempo livre, ou militando pela redução pura e simples da remuneração nos acordos coletivos anuais de reajuste de salário da categoria.

A fragmentação e o parcelamento das atividades laborais reduzem a ação docente, reduzindo o trabalho “a uma ação mecânica e repetitiva” (ANTUNES, 2009, p.38 e 39). Há que se salientar que a análise de Antunes está voltada aos trabalhadores de modo geral, mas não podemos desvincular o pensamento e a contextualização ao trabalho docente, pois essa ação acaba sendo adaptada ao trabalho intelectual dos docentes. Ali visualiza-se o processo de produção educacional, professores em suas esteiras de trabalhos, passando de sala em sala, representando o modelo industrial, perdendo-se a clara noção do processo educativo como um todo.

Isso é perceptível também no Ensino a Distância, no qual um docente localizado em um estúdio central ministra aula para um número de pessoas distribuídas pelos diversos municípios que a IES possui polos. Esse único docente pode executar sozinho o trabalho de centenas de colegas que perdem espaço e carga horária, que resulta, obviamente, em redução da remuneração. Além disso, o conteúdo da aula se reproduz de forma idêntica nas várias regiões do país (e até em outros) sem considerar as especificidades regionais, a cultura local, a linguagem de cada região, etc.

O avanço de capital estrangeiro e as fusões entre empresas educacionais, tem sido constante no Brasil, demonstrando o grande investimento nesse setor. Em 2013, foi anunciada a fusão entre Kroton Educacional S.A. e Anhanguera Educacional, “considerada pela mídia especializada como a criação do maior negócio de ensino do mundo”, englobando um número em torno de um milhão de estudantes, no ensino presencial e à distância. Essa relação econômica acaba caracterizando um futuro um tanto tenebroso para o ensino superior no Brasil. Será uma formação de um cartel do ensino privado?

O Estado capitalista, pautado em prioridades econômicas busca a propulsão da economia utilizando a educação como forma de alavancar setores de produtivos, onde a políticas educacionais são voltadas a produzir mão de obra qualificada, acreditando que assim, impulsiona toda a roda econômica de um país.

Conforme afirma Mészáros (2006), “a educação tem duas funções principais numa sociedade capitalista: (1) a produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia, e (2) a formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político. ”

Assim se verifica que os motivos econômicos se sobressaem, de modo que, os investimentos se tornam justificáveis, a educação deixa de ser apenas consumo, tornando-se bem de produção, devido ao valor econômico que dela se extrai e não ao valor social que proporciona à sociedade (SAVIANI, 2005). As desigualdades, a pobreza e educação devem estar muito além de questões econômicas e pautar-se na ética e moral de um povo que busca enfrentar as dificuldades encontradas nos mais variados contextos sociais (SCHWARTZMAN, 2006).

Mesmo com a melhora dos índices no campo da educação, isso não implica necessariamente na democratização e socialização do conhecimento. Kuenzer (2005) já nos alertou sobre a inclusão excludente nos diversos níveis e modalidades de educação escolar aos quais não correspondem os necessários padrões de qualidade que permitem a formação de identidades autônomas intelectual e eticamente capazes de responder e superar as demandas do capitalismo.

E neste ponto começamos a verificar a questão do desenvolvimento, cabendo uma análise de Saviani (2011),

Há um consenso hoje de que a educação é o fator mais importante numa sociedade do conhecimento, porque quem não o domina fica para trás. Portanto, os países cuja educação tem uma qualidade sofrível perdem competitividade, pois a mão-de-obra deixa a desejar. Os políticos dizem que [em função disso] não alcançamos um bom patamar de desenvolvimento, reforçamos as desigualdades e prolongamos a situação de deficiências nos vários níveis. Mas, apesar de esse ser o discurso dominante, não se investe de forma correspondente. Isso não ocorre em função do produtivismo. Utiliza-se um princípio aplicado desde o regime militar: a busca do máximo de resultados com o mínimo de dispêndio. Então, esse é o primeiro aspecto que interfere na qualidade da educação. Caso se investisse de forma maciça em educação, como fizeram outros países, teríamos condições de resolver o problema¹.

A partir das contribuições de Saviani, podemos inferir que o discurso de valorização da educação não passa de um embuste. Além disso, poderíamos acrescentar uma instituição superestrutural (educação), por si só, não pode alterar as relações estruturais de desigualdade.

Segundo Gentili (2004) tanto “no Brasil, quanto na América Latina, os índices de escolarizações melhoraram significativamente”, porém, “... a metade da população Latino-americana é pobre. Pior ainda: a metade dos latino-americanos abaixo da linha da pobreza são crianças ou jovens com menos de 20 anos...”. Isso significa dizer que os pobres hoje estão mais escolarizados, num sistema escolar em que a qualidade do que se ensina e como se ensina passa então a ser questionada, pois durante esses anos a mais na escola foi negado a eles o principal: o conhecimento.

Nesses últimos 50 anos percebemos que a educação passou por profundas mudanças, mas apesar dessa evolução, não oferece qualidade. Hoje há uma carência

¹ SAVIANI, D. Entrevista. Revista Educação. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/138/artigo234462-1.asp>. Acessado: 10-06-2014.

de docentes, em todas as etapas do ensino, as condições do ambiente escolar são precárias. Ao longo dos anos 2003 à 2014, os governos fizeram investimentos em novas universidades e institutos federais, contudo isso não foi suficiente para reverter a tendência histórica de privatização do ensino superior. Acrescentaríamos que a expansão do ensino público superior se fez dentro da lógica do capital.

Isto posto, as reduções das desigualdades atribuídas à educação não se farão apenas por meio da ampliação do acesso ao ensino. Faz-se necessário uma ruptura com a ordem pautada na produção de mercadorias. Para Meszáros, *“uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente importantes funções de mudanças”* (MÉSZÁROS, 2005, p. 25).

O Governo Brasileiro tem uma política de “Educação para todos”, que se distribui para todos os estados da Federação. Percebemos, no entanto um discurso e uma prática que se preocupa apenas com metas e índices.

Segundo o artigo 205, da Constituição Federal, “A educação, direito de todos e dever do Estado”, sendo de fundamental importância para do desenvolvimento econômico e social de uma Nação. O que se observa, no entanto, é que o “dever do Estado”, tem se tornado a cada dia uma forma de favorecimento ao capital estrangeiro. Há uma transferência, para a iniciativa privada, de qualquer origem (nacional ou estrangeira), dever este que é constitucionalmente previsto como sendo do Estado. A educação passou a ser tratada como negócio, e mercadoria no processo do crescimento da mercantilização do ensino superior. Vê que o Estado está terceirizando sua tarefa educativa ao comprar vagas nas escolas particulares, como é o caso do PROUNI.

Precisamos nos preocupar “com a formação de profissionais/cidadãos, não apenas para o mercado, mas principalmente para uma sociedade democrática com o máximo de justiça e igualdade sociais” (SGUISSARDI, 2008). Ainda necessário se faz pensar se a formação educacional e cultural de um país pode ser delegada a empresas transnacionais, regidas pela lógica exclusiva do capital.

A educação poderá proporcionar o acesso ao conhecimento, sem o qual o dominado não terá condições de criticar as estruturas que geram as desigualdades entre os homens. Assim, há uma necessidade de reflexão com todo esse processo de mercantilização do ensino superior, sendo necessário superá-lo, fugindo da ideia que o processo mercantil/privatizado trará benefícios para a população.

Em uma sociedade de classes, a educação voltada para a busca do lucro se propõe a atender diferentes classes. O que importa é a capacidade de pagamento das mensalidades escolares. Como reflexo e consequência, a mercantilização do ensino faz com que a dominação do poderio econômico, reproduza a ideologia da

dominação (LOMBARDI, 2006).

A educação está sendo relegada ao capital e à sua lógica, trazendo como consequência a precarização do trabalho docente que se transforma em mero reprodutor de “pacotes” de conhecimento produzidos nos centros de “inteligência” localizados em qualquer parte do mundo.

O AVANÇO DO ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA

Rondônia, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, conta com uma população de 1.562.409 pessoas, e estimativa para 2014 de 1.748.531, distribuídos em uma área de 237.590,547 km², com 52 municípios (IBGE, 2010).

Não distante desse crescimento educacional o Estado de Rondônia vem a cada ano aumentando os índices de oferta de vagas e cursos de nível superior, oferecidos em grande parte dos municípios, principalmente os que têm seus limites entre o eixo da BR 364, destacando-se Vilhena, Cacoal, Ji-Paraná, Ariquemes e Porto Velho, não esquecendo ainda dos vários polos de Educação a Distância (EAD) encontrados nos mais remotos municípios.

Segundo os dados do Censo 2010, Rondônia possui uma grande parcela de pessoas que não têm instrução e não concluíram o ensino fundamental, como também aqueles que não concluíram o ensino médio.

Há um total de 953.083 pessoas em nosso estado que não completaram o ensino médio. Um percentual de 61% da população.

Outra diferença é em relação à população com nível superior. Uma pequena parcela da população do estado tem curso de graduação completo, um percentual de menos que 0,5 %. Os que frequentam a graduação estão concentrados no ensino superior privado, o que indica que há uma determinação econômica para a aquisição de conhecimento em nível superior e que a educação como negócio está evidente no estado.

O crescimento da educação superior em Rondônia é evidente, uma vez que hoje ocupa a 2^a colocação na região norte, como estado com maior número de instituições privadas. Observando a tabela 3, percebemos que o estado tem a maior quantidade de instituições de ensino superior privado da região norte, demonstrando o forte investimento que o setor financeiro tem feito nesta região. Essas questões estão claramente envolvidas com as políticas mercantis do Estado capitalista, que transfere sua obrigação ao mercado econômico.

Vejamos o número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013.

Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013				
Colocação	Estado	Pública	Privada	Total
1º	Pará	6	28	34
2º	Rondônia	2	31	33
3º	Tocantins	7	19	26
4º	Amazonas	3	16	19
5º	Amapá	3	13	16
6º	Acre	2	9	11
7º	Roraima	3	4	7

Tabela 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Organização Acadêmica, segundo a Unidade da Federação e a Categoria Administrativa das IES – 2013

Fonte: Censo da Educação Superior 2013, MEC/INEP/DEED.

No período de Fernando Henrique Cardoso na presidência 1995-2002 com base de análise desta evolução, Rondônia em 1995 tinha 7 instituições de ensino superior, sendo 1 pública e 6 privadas. Ao final do seu mandato já somavam 25 instituições. Não houve nenhum crescimento no setor público, sendo que se chegou a 24 instituições privadas. Essa evolução está totalmente atrelada às políticas neoliberais de seu governo. Essa lógica continuou nos governos de Lula e Dilma, chegando ao que encontramos na tabela anterior (MEC/INEP, 1995-213).

Rondônia apresenta um grande movimento demográfico populacional nos seus 30 anos de emancipação, sendo que mais de um milhão e meio de pessoas passam a ocupar seu território. Isso apoiado pelas políticas públicas nacionais que favoreceram a ocupação de terras nesta região, principalmente por famílias vindas do Sul e Sudeste.

Esse crescimento populacional, nos dá aporte para uma análise de todo o processo de crescimento do setor educacional nas IES privadas em Rondônia.

As constantes avaliações do ensino superior no Brasil, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira Censo da Educação Superior (INEP) apresentam relatórios e pesquisas anuais, buscando avaliar a educação superior no Brasil.

O crescimento da educação superior privada em Rondônia cresce quantitativamente, ao longo desse processo de mercantilização da educação no Brasil, e conseqüentemente na Região Norte e em Rondônia.

Matrículas Total em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância

	2011		2012		2013	
	Publica	Privada	Publica	Privada	Publica	Privada
Brasil	1.773.315	4.966.374	1.897.376	5.140.312	1.932.527	5.373.450
Norte	222.370	297.904	222.064	324.439	209.965	358.372
Pará	60.175	92.687	66.864	103.541	72.160	113.324
Amazonas	49.552	84.506	52.994	89.751	55.325	95.038
Rondônia	10.031	45.964	9.798	48.761	9.729	55.123
Tocantins	68.038	27.685	58.836	30.668	42.336	35.127
Amapá	8.616	16.058	8.846	19.903	8.955	24.126
Acre	13.311	16.608	11.728	18.034	9.415	21.275
Roraima	12.647	14.396	12.998	13.781	12.045	14.359

Tabela 2 - Matrículas Total em Cursos de Graduação - Presenciais e a Distância

Fonte: MEC/INEP – elaboração do autor

O estado de Rondônia tem o 3º maior índice de matrículas nas instituições de ensino superior privado da região norte. Conforme a tabela acima, se observarmos os dados gerais, vemos que no Brasil a maior concentração de matrículas é justamente em instituições privadas.

A justificativa dos investimentos no setor de educação superior, está pautada nos altos índices de matrículas, onde as características que demonstram o crescimento quantitativo, sendo, aumento do número de instituições, de matrículas e de cursos.

Os dados apresentados mostram a constante evolução do crescimento em todos os níveis, mas seguindo a análise de Souza (2007) as vagas ofertadas são sempre maiores que a quantidade de preenchimento, apresentando alguns desencontros, “interesses dos estudantes e cursos oferecidos; incompatibilidade entre cursos oferecidos e interesses locais”.

As instituições de ensino superior privado buscam a lucratividade constante. Agindo assim, a grande maioria tende a trabalhar com o currículo mínimo exigido pelo MEC e utilizam os 20% permitidos para o ensino a distância a fim de economizar em mão de obra e custos em geral.

A precarização do trabalho docente se torna evidente, junto aos professores horistas, visto que há uma prolongação da jornada de trabalho, sendo que estes acabam desenvolvendo atividades extra sala (correções de atividades, planejamento, etc.) sem a devida remuneração.

Corroborando com essa lógica de precarização, o ensino à distância cresce aceleradamente no estado, pois no processo capitalista, essa modalidade proporciona uma economia para as instituições, visto que diminui a quantidade professores, infraestrutura de sala de aulas, biblioteca e demais ambientes necessários a uma

educação presencial.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MAGISTÉRIO SUPERIOR PRIVADO EM RONDÔNIA

A precarização manifestada no trabalho docente ocorre em consequência da reestruturação produtiva do capital, repercutindo diretamente no mundo do trabalho, alterando a organização, gestão e relações de trabalho. Neste sentido os trabalhadores docentes são inteiramente afetados por essas questões.

Assim temos que “as mudanças ocorridas nas relações de trabalho e emprego têm sido caracterizadas, na atualidade, pela ameaça de um fenômeno considerado por alguns autores uma precarização das relações de trabalho” (OLIVEIRA, 2004).

A materialização desse processo de trabalho precarizado é manifestada em algumas questões que fazem parte do contexto do trabalhador docente dos quais podemos relacionar alguns: sobrecarga de trabalho, desvalorização, condições de trabalho, perda de autonomia, intensificação, flexibilização, trabalhos não remunerados (CHAUÍ, 1999; MIRANDA, 2009; CARVALHO, 2010; KUENZER, 2005; SILVA, 2014).

Os dados que serão apresentados neste momento estão relacionados com a investigação direta realizada com os professores do ensino superior privado no estado de Rondônia, por meio de questionário estruturado. Todo o processo de coleta de dados foi realizado de forma on-line, de modo a poder atingir um número maior de instituições e obter dados em quantidade para uma amostragem segura que facultasse uma generalização mais segura. Procuramos traçar um perfil de nossos entrevistados levantando alguns dados importantes para a nossa análise.

Um fator importante para a nossa análise é quanto ao tempo de serviço no ensino superior privado. Quando perguntado: “Quantos anos leciona no ensino superior privado?”, o percentual foi de 54,55%, para aqueles que trabalham de 1(um) a 5(cinco) anos e 23,38% de 6(seis) a 10(dez) anos. Observamos que nossos entrevistados têm relativamente pouco tempo de experiência no magistério superior. Pode inferir-se também que nas políticas de flexibilização no trabalho a busca por um complemento de renda, tem induzido vários profissionais em atividade em suas profissões a buscar na docência uma forma de complementação de renda (SIQUEIRA, 2006, p. 134). Pode explicar esses dados o fato de que as instituições estão em crescimento e novos cursos têm surgido nos últimos anos demandando docentes de áreas de conhecimento que até então as instituições não possuíam, por exemplo citamos as Engenharias.

Quanto à titulação, verificou-se que a concentração maior está em nível de especialização, conforme o apresentado no gráfico abaixo, a indicação de 3,90%, foi

por respondentes que indicaram como titulação, mestrando ou doutorando. Um fator que nos chamou a atenção foi encontrar professor atuando na docência superior com apenas o título de graduação, haja vista a exigência legal de o docente do Ensino Superior ter, no mínimo o título de especialista obtido em curso de pós-graduação *lato sensu*², assim revelando a precariedade também quanto a exigência da formação e também a preferência por professor com menor exigência salarial.

As instituições trabalham com a quantidade mínima de docentes com Doutorado e Mestrado, buscando atender somente as necessidades das avaliações de cursos junto ao MEC.

A questão da precarização foi subdividida em quatro grupos, Infraestrutura, Qualificação, Remuneração e Motivação.

Hoje com as condições de concorrência entre as várias instituições existentes no estado, essas tem buscado se estruturar fisicamente, proporcionando um diferencial para a captação de alunos.

Essa lógica segue as demandas das avaliações do INEP, que dentre os critérios de avaliação de cursos e alunos, também avalia algumas questões que compõem nota aos cursos.

O Conceito Preliminar de Curso (CPC), corresponde ao indicador de avaliação de qualidade dos cursos superiores, “constituído de oito componentes, agrupados em três dimensões que se destinam a avaliar a qualidade dos cursos de graduação: (a) desempenho dos estudantes, (b) corpo docente e (c) condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo” (INEP, 2015).

O que nos remete as condições de infraestrutura é justamente o item “condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo”, visto que tal fator é obtido pela percepção dos discente, abordando a infraestrutura e instalações físicas.

Observando os resultados do CPC 2013, selecionamos as instituições privadas com nota final igual a 3 (três) e 4 (quatro), sendo que a “Nota Bruta – Infraestrutura” em todas as instituições foi superior a 5 (cinco) (INEP, 2013).

Não obstante a essa percepção dos alunos, a percepção dos professores segue a mesma ótica, visto que por exercer um peso sobre a nota de avaliação dos cursos, as instituições buscam se aparelhar de forma estrutural, transparecendo que tem boas condições (físicas) para oferecer cursos com qualidades.

Quando perguntamos aos docentes sobre a disponibilidade de equipamentos para o auxílio nas aulas, como computadores, datashow e laboratórios, há uma relação de 89,61% docente que dizem haver o oferecimento de tais itens. O estranhamento seria se tal proporção fosse ao contrário.

Essa infraestrutura é o atrativo para os alunos (entendidos como clientes

2 <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>. Acessado em: 10-09-2015.

pelas instituições privadas) que buscam uma “qualidade” amparada em questão meramente visuais.

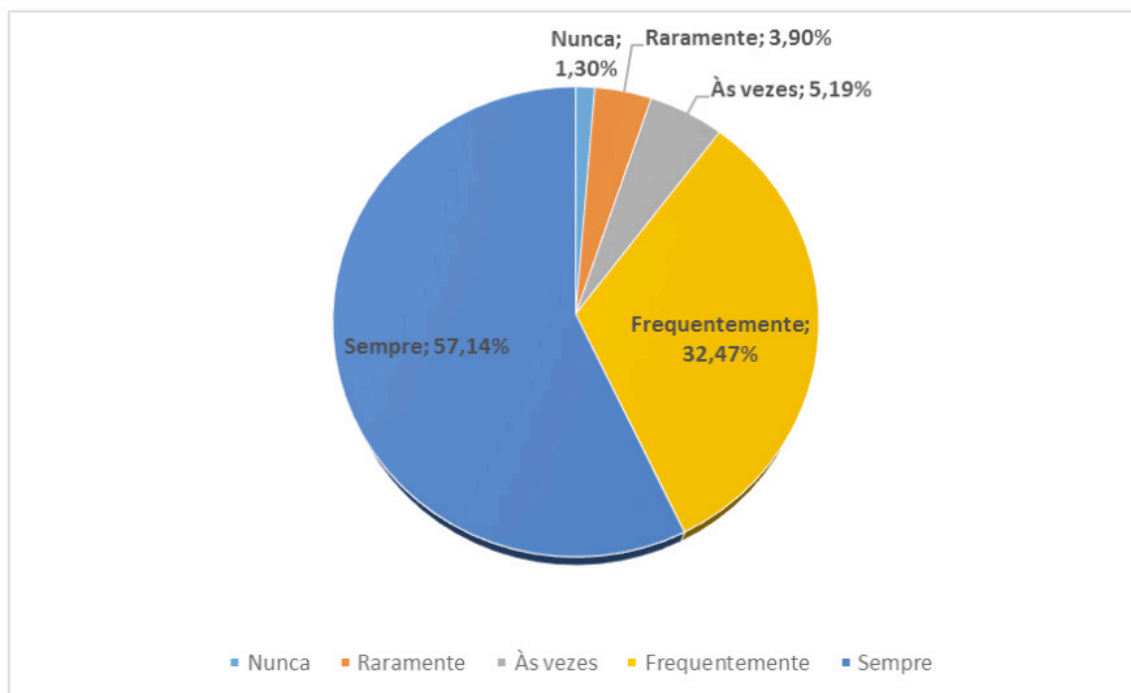


Gráfico 1 – Disponibilidade de equipamentos para aulas (computadores, datashow, laboratórios)

Fonte: o autor.

Outro fator importante para esta investigação está relacionado com as condições de trabalho no ambiente físico (sala dos professores). É nesse ambiente que os professores geralmente desenvolvem suas atividades de preparação de aulas, pesquisas e atendimento de alunos, isso quando nos referimos aos docentes com contratos de trabalho integral, pois os horistas sequer têm tempo disponível a estas questões dentro das instituições.

Nesse quesito observamos que a satisfação é baixa. Verificamos que 41,56% dos docentes não se sentem satisfeitos com as condições estruturais da sala dos professores.

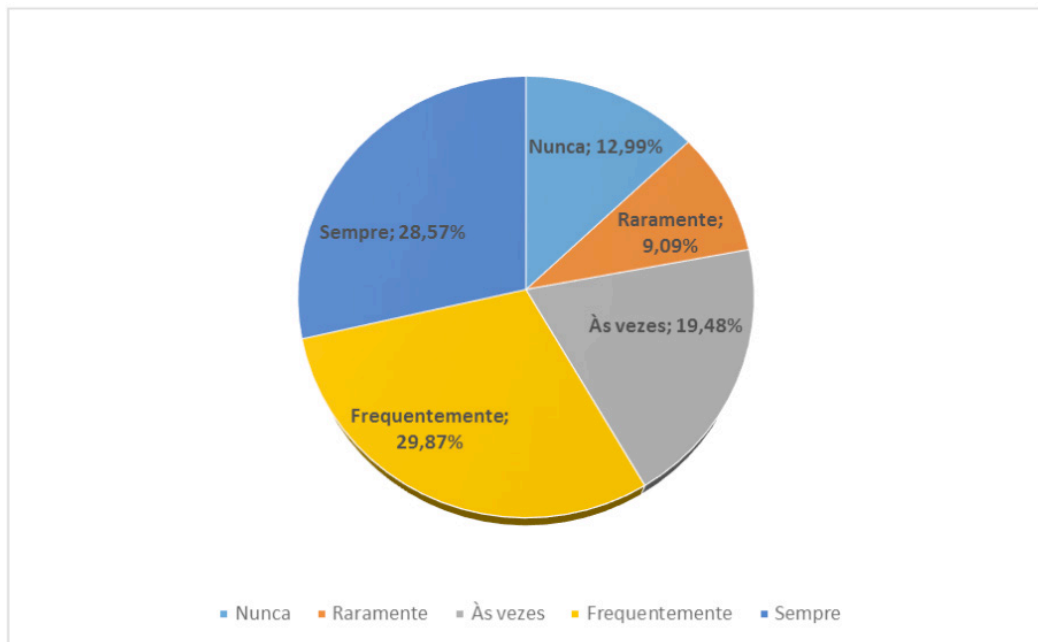


Gráfico 2 – Sala dos professores é adequada às atividades.

Fonte: o autor.

Vale ressaltar que a sala dos professores não entra no quesito de avaliação do CPC, pois este se baseia na percepção dos alunos. Podemos assim inferir que as instituições não se preocupam com o ambiente especificamente dos professores. Os horistas, que se dedicam apenas às aulas que ministram não necessitam da sala de professores para realizar atividades como preparação de aulas, leituras, etc. Por esta razão, provavelmente, tenderão a avaliar como satisfatória a sala dos professores.

Quando abordamos a questão da qualificação docente a proposta seria justamente analisar as condições a que se propõem as IES privadas diante dos seus funcionários quanto à qualificação da sua mão de obra.

Cada vez mais as instituições estão articuladas com as perspectivas da flexibilização do trabalho, possibilitando condições cada vez maiores à exploração do trabalho. Neste sentido investigar o incentivo a qualificação dos docentes é algo que reflete as questões da precarização do trabalho docente

As questões relativas a este aspecto foram quanto ao incentivo. Se existe previsão em documentos (plano de carreira) e se é colocado em prática. O gráfico abaixo traz as nuances do contraditório, indicando a precarização que os professores sofrem no exercício de suas atividades. O reflexo desse processo de exploração da mão de obra é observado quando analisamos a percepção dos professores quando respondem que as IES incentivam a qualificação (especializações, mestrados e doutorados), 76,63% confirmam esse incentivo.

Esse processo de incentivo faz parte das necessidades que as instituições têm em ter um quadro de docentes com melhor qualificação, pois as avaliações de cursos se baseiam, também, na titulação dos docentes.

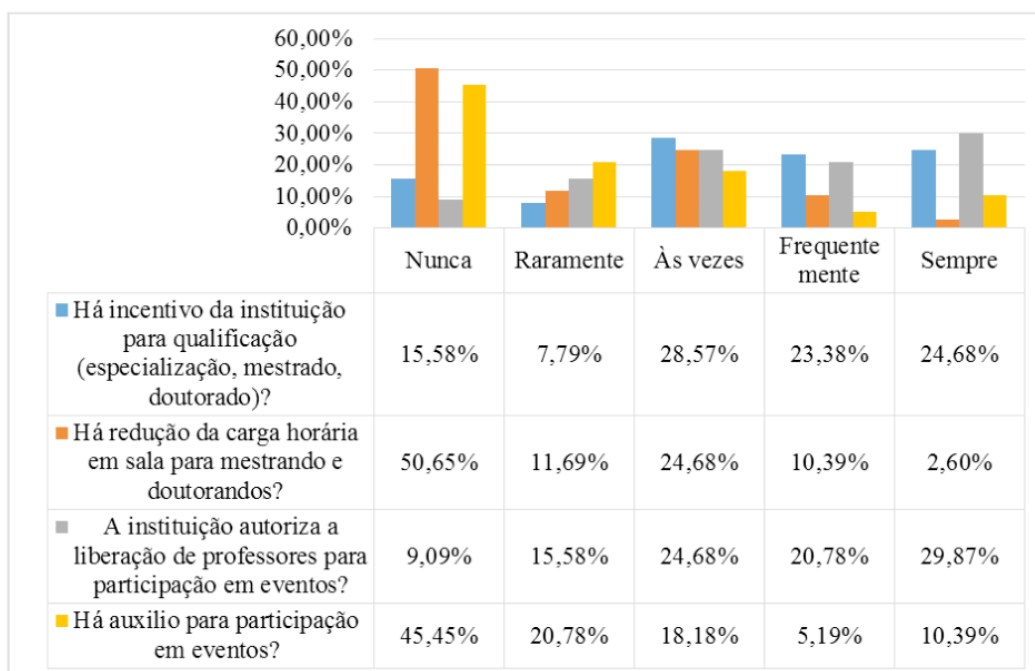


Gráfico 3 – Incentivos à qualificações.

Fonte: o autor.

A materialização dessa precarização e exploração se verifica quando 62,34% dos docentes afirmam que não há redução da carga horária para os docentes matriculados em programas de mestrado e doutorado, situação preocupante, diante da dedicação que essas qualificações exigem. Muitos docentes se deslocam a outros estados buscando melhorar sua formação. Sendo necessário realizar trocas de aulas e quando não há possibilidades, são obrigados a abandonar a formação.

Nas IES públicas os professores conseguem afastamentos remunerados para a qualificação *stritu sensu*, isso demonstra a quantidade de docentes doutores nessas instituições e explica também o número de docentes que migram do ensino privado para o ensino público.

Um fator que tem demonstrado a materialização da precarização do trabalho docente é justamente o excesso de trabalho realizado pelos docentes, com carga horária excessiva, provocando doenças e o estranhamento com o trabalho realizado, visto que passa a consumir maior parte do seu dia.

Os altos índices de excesso de trabalho têm relação direta com os fatores de adoecimento entre os professores, alguns fatores são desencadeados, como, exaustão emocional, despersonalização e baixa realização pessoal no trabalho, levando a Síndrome de Burnout (estresse persistente vinculado ao trabalho) (SALVAGIONI e PEREIRA, 2014).

O professor assume muitas funções, possui papéis muitas vezes contraditórios, [...] excesso de tarefas burocráticas tem feito com que professores se sintam desrespeitados, principalmente quando devem executar tarefas desnecessárias e não relacionadas à essência de sua profissão (CARLOTTO, 2002).

O trabalho deixa de ser realização como fator de realização do homem em homem, passando a um fardo pesado no seu dia a dia.



Gráfico 4 – Atividade além da docência.

Fonte: o autor.

O exercício de outra atividade por parte dos docentes demonstra-se em a grande evidência de precarização que o trabalho docente sofre, e não podemos desconsiderar esse fator, pois nessa questão verificamos um caminho duplo para a precarização, sendo que esses docentes estão indo em busca de outra atividade ou outros profissionais estão buscando na docência uma nova forma de sustento ou complementação de renda.

Esses fatores são condizentes com o processo de mercantilização do ensino em Rondônia, visto que grande parte dos professores que exercem atividades nas instituições de ensino superior privado, são contratações de fora do estado. Contudo a demanda por mão de obra no ensino é grande, contribuindo justamente para a busca de profissionais que atuam em áreas não relacionadas ao ensino, como engenheiros civis, arquitetos, advogados, analistas de sistemas, engenheiros ambientais, médicos, enfermeiros e outros.

Além da questão de atividades estranhas à docência temos a questão dos cursos de licenciatura, em que os professores que atuam no ensino superior privado, tem contrato de trabalho com mais de uma instituição e muitos deles com contratos com o governo do estado de Rondônia e municípios. Uma triste realidade no estado.

A exploração do trabalho docente se intensifica diante das necessidades de subsistência que os professores têm, pois, a remuneração acaba não sendo suficiente, assim a jornada dupla em mais de uma instituição se materializa. Dos

entrevistados 11,69% afirma trabalhar em mais de uma instituição.

Quanto a questão de motivação com o trabalho docente, a perspectivas de análise poderia ter uma característica positiva, isso se seguissemos um viés desconsiderando os fatores de contradições a que os fatores representam. Desta forma o gráfico sobre a motivação docente implica em considerar a alienação do trabalho.

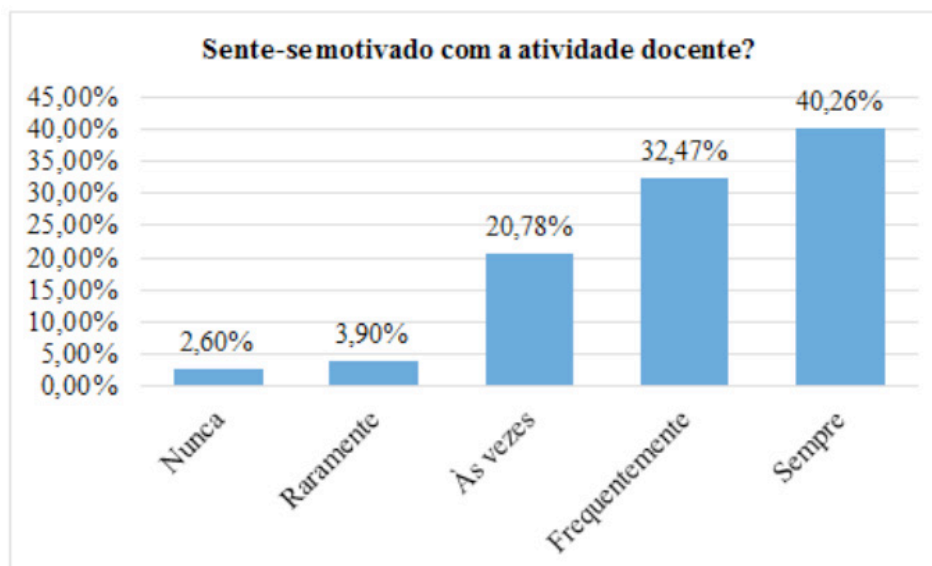


Gráfico 5 – Motivação atividade docente.

Fonte: o autor.

Mesmo diante de todas as condições de precarização que envolvem o trabalho dos docentes no âmbito das instituições privadas do estado de Rondônia, há uma percepção positiva quanto ao trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira conclusão a que se chega diante desses dados é de que, não obstante a precarização do trabalho docente e a exploração de sua mão de obra, esta categoria profissional obtém remuneração maior do que a grande maioria das outras categorias podendo dar uma sensação de melhor remuneração e de satisfação. Duas questões são importantes aqui: a maior valorização do trabalho intelectual sobre o trabalho braçal e a alienação da classe trabalhadora mesmo numa situação em que o conhecimento poderia significar um nível maior de conscientização. Os docentes percebem a precarização, mas sentem-se bem em relação à atividade que realizam.

A precarização, em alguns momentos, torna-se mais evidente, certo que a relação com o entendimento dos envolvidos na pesquisa tem um grau de influência quanto essa percepção, conforme afirma Marx, (2006, p. 112) “a apropriação do objeto manifesta-se a tal ponto como alienação que quanto mais objetos o trabalhador produzir, tanto menos ele pode possuir e mais se submete ao domínio do seu produto,

do capital”.

O docente é absorvido pelo processo alienante, não se reconhecendo como classe, sendo passivo diante das condições de precarização que sofre, assim passa a ter um sentido de pertencimento a instituição, como se fosse parte da mesma. Esquecendo que é mais um na cadeia de produção para o enriquecimento da burguesia que controla e administra as instituições.

Assim,

Quanto mais “avançada” a sociedade capitalista, mais unilateralmente centrada na produção de riqueza reificada como um fim em si mesma e na exploração das instituições educacionais em todos os níveis, desde as escolas preparatórias até as universidades (MÉSZÁROS, 2005, pag. 80)

É essa sociedade capitalista que faz com que os docentes sofram com o processo de alienação diante da sua classe, visto que se tornam “parte integrante da educação capitalista pela qual os indivíduos particulares são diariamente e por toda parte embebidos nos valores da sociedade de mercadorias, como algo lógico e natural (MÉSZÁROS, 2008, pag. 82)”. A classe dominante tem o objetivo de manter o homem sob o seu domínio, impondo condições para um trabalho alienante.

Neste sentido há um questionamento que permeia todas essas condições, diante desse processo de alienação há condições de romper com essa estrutura? Pensar que não, seria imaginar que a história já está escrita e acabada, não acreditando na potencialidade do homem em romper com a estrutura vigente, mas é necessário o reconhecimento como classe, buscando o enfrentamento com a classe dominante.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. **A dialética do trabalho II: escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009.

BAUER, C.; DINIZ, C.; PAULISTA, M. I. **Sindicalismo e Associativismo dos Trabalhadores em Educação no Brasil**. Carlos Bauer, Cássio Diniz e Maria Inês Paulista (orgs.). Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL; MEC. **Resolução CNE/CES nº 2 de 18 de Junho de 2007**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 jun. 2007. Seção I, p. 6. Disponível em URL: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2007/rces002_07.pdf>

BOHN, R. M. **ORGANIZAÇÃO SINDICAL E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE NAS INSTITUIÇÃO PRIVADAS DE ENSINO SUPERIOR EM RONDÔNIA**. 2016 127 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Fundação Universidade Federal de Rondônia.

CARLOTTO, M. S. **A SÍNDROME DE BURNOUT E O TRABALHO DOCENTE**. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1, p. 21-29, jan./jun. 2002.

CARVALHO, C. C. **Trabalho docente nas instituições privadas de ensino superior Expressão da precarização do trabalho docente**. In: Seminário Internacional da Rede de pesquisadores sobre Associativismo e Sindicalismo do Trabalhadores em Educação, 2010.

CHAUI, M. **A universidade em ruínas**. In: TRINDADE, H. (Org.). Universidade em ruínas na república dos professores. Petrópolis, RJ: Vozes/Rio Grande do Sul: CIPEDES, 1999.

DAL ROSSO, S. **Heterogeneidade e fragmentação**. In: DAL ROSSO, Sadi; et al. In: III SEMINÁRIO DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE ASSOCIATIVISMO E SINDICALISMO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO, 2011, Brasília. Anais. Brasília: Paralelo 15, 2011, p. 125-132.

GENTILI, P. **A falsificação do consenso: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

GENTILI, P. **Três teses sobre a relação trabalho e educação em tempos neoliberais**. In: LOMBARDI, José Claudinei. SAVIANI, Dermeval. SANFELICE, José Luis. (Org.). Capitalismo, trabalho e educação. 2.ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

HOPER. **Análise Setorial do Ensino Superior Privado**. 2013.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO 2010. **Características da população e dos domicílios: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/caracteristicas_da_populacao/resultados_do_universo.pdf>. Acesso em: mar. 2014.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior Brasileira. Resumo Técnico, 2010**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2010.pdf> Acesso em: jan/2014.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Censo da Educação Superior Brasileira. Resumo Técnico. 2011**. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_educacao_superior_2011.pdf> Acesso em: jan/2014.

KUENZER, A. Z. **Exclusão Incluyente e Inclusão Excludente: A nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre educação e trabalho**. In: Lombardi, J. C.; Saviani, D.; Sanfelice, J. L. (orgs.). Capitalismos, Trabalho e Educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 77-95.

LOMBARDI, J. C. **O velho discurso que rege a história da educação**. Jornal da Unicamp, Campinas, p. 4 - 5, 25 ago. 2006.

MARTINS, C. B. **A REFORMA UNIVERSITÁRIA DE 1968 E A ABERTURA PARA O ENSINO SUPERIOR PRIVADO NO BRASIL**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômicos e filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2006.

MÉSZÁROS, I. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MÉSZÁROS, I. **A teoria da alienação em Marx. 1930**; tradução Isa Tavares – SP: Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. Campinas: Editora UNICAMP, Boitempo, 2002.

MIRANDA, K. A. **A natureza sócio-histórica do trabalho docente: do sacerdócio à sindicalização**. In: Associativismo e Sindicalismo Docente no Brasil, 2009, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009. v. 01. p. 01-21.

OLIVEIRA, D. A. **A Reestruturação do Trabalho Docente: precarização e flexibilização**. Educação e Sociedade, Campinas - SP, v. 25, n.89, p. 1127-1144, 2004.

ORSO, P. J.; FERNANDES, H. C. **O TRABALHO DOCENTE: PAUPERIZAÇÃO, PRECARIZAÇÃO E PROLETARIZAÇÃO**. In: O nacional e o local na História da Educação, 2010, Belém-PA. Jornada HISTEDBR. Campinas: FE/Unicamp, 2010. v. 1. p. 1-16.

PEREIRA, L. D. **Mercantilização do ensino superior, educação a distância e Serviço Social**. Revista Katál. Florianópolis v. 12 n. 2 p. 268-277. 2009.

SALVAGIONI, D. A. J.; PEREIRA, G.A. **SÍNDROME DE BURNOUT: DISCUTINDO A DOENÇA EM PROFESSORES**. Criar Educação, Criciúma, v. 3, n.2. 2014.

SAVIANI, D. **Entrevista**. Revista Educação. 2011. Disponível em: <http://revistaeducacao.uol.com.br/textos/138/artigo234462-1.asp>. Acessado: 10-06-2014.

SAVIANI, D. **Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos**. In: Revista Brasileira de Educação, v. 12, n.34, 2007.

SAVIANI, D. **Transformações do Capitalismo, do Mundo do Trabalho e da Educação**. In: Lombardi, J. C.; Saviani, D.; Sanfelice, J. L. (orgs.). Capitalismos, Trabalho e Educação. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2005. p. 13-24.

SCHWARTZMAN, S. **Educação e pobreza no Brasil**. Cadernos ADENAUER, São Paulo, v. 2, p. 9-38, 2006.

SCREMIN, L.; MARTINS, P. P. **O processo de mercantilização da Educação Superior**. Revista da UFG, Vol. 7, No. 2, dezembro, 2005.

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária**. Educação & Sociedade, Campinas, v. 29, nº 105, p. 991-1022, dez. 2008.

SILVA, J. C. **EDUCAÇÃO E ALIENAÇÃO EM MARX: CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS PARA PENSAR A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO**. In: Revista HISTEDBR On-line, n.19, p.101-110, 2005.

SIQUEIRA, T. C. A. **O trabalho docente nas instituições de ensino superior privado em Brasília**. 2006. 204 f. Tese (Doutorado em Sociologia)-Departamento de Sociologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUSA, A. da S. Q. **A EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO ESTADO DE RONDÔNIA 1991 2004**. In: V Congresso Luso-Brasileiro de Política e Administração, XXIII Simpósio Brasileiro de Política e Administração da Educação, I Colóquio Ibero-Americano de Política e Administração da Educação, 2007, Porto Alegre. Cadernos ANPAE, 2007.

SOUZA, M. M. **Imperialismo e educação do campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. 2010 405 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara.

SOUZA, M. M.; RICARTE, T. F.; MARTINS, M. M. **A ação do imperialismo na reprodução do corporativismo nos sindicatos dos trabalhadores em educação**. Revista HISTEDBR On-line, 2015.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Água 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32, 33, 34

Alfabetização 71, 125, 133, 134, 135, 139, 142, 144, 152, 231, 234, 237, 238, 242, 247

Alfabetize 133, 134

Aprendizado 20, 24, 33, 54, 79, 85, 97, 122, 127, 133, 136, 138, 140, 141, 142, 143, 179, 202, 204, 206, 208, 228, 246, 259, 302

Aprendizagem 1, 2, 4, 5, 6, 10, 11, 15, 17, 20, 25, 26, 27, 30, 32, 33, 34, 35, 43, 51, 54, 70, 76, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 86, 89, 90, 92, 93, 96, 97, 98, 100, 101, 103, 105, 107, 108, 109, 119, 120, 121, 122, 123, 130, 133, 134, 142, 143, 151, 152, 156, 177, 178, 180, 181, 183, 185, 186, 189, 192, 198, 201, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 210, 212, 222, 226, 227, 229, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 238, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 260, 262, 265, 267, 273, 275, 280, 282, 287, 289, 291, 297, 298, 306, 307, 308, 315, 321, 341

Assimetrias 188, 190, 191, 199, 200

B

BNCC 45, 46, 211, 212, 213, 216, 217

Brincadeira protagonizada 36, 37, 39, 43

C

Corpo 11, 168, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 195, 253, 262, 283, 284, 290, 294, 295, 297, 307, 322, 323, 324, 325, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 339, 342, 348, 349, 350

D

Desafios 15, 49, 51, 96, 100, 103, 105, 108, 143, 176, 189, 191, 200, 201, 204, 206, 214, 222, 244, 254, 274, 279, 286, 318, 319, 349

Desenvolvimento profissional 133, 134, 135, 136, 137, 138, 140, 141, 142, 286, 288

Dicotomia corpo/mente 177

Direito 8, 15, 21, 52, 72, 73, 75, 78, 123, 127, 128, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 153, 154, 155, 156, 159, 163, 212, 259, 260, 270, 288, 299, 300, 319, 343, 344, 345

E

Educação continuada 133, 136, 142

Educação infantil 35, 36, 39, 41, 42, 43, 72, 231, 305, 306, 308, 309, 311, 348, 350

Educação profissional e tecnológica 1, 2, 3, 12, 13

Educação pública 45, 46, 47

Educação superior 3, 12, 158, 159, 160, 164, 165, 166, 175, 176, 188, 189, 190, 191, 199, 200, 229, 248, 256

Eficácia social 145, 146, 147

Ensino 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 24, 25, 26, 27, 30, 31, 33, 34, 35, 41, 42, 48, 50, 52, 55, 59, 73, 74, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 97, 99, 100,

107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 120, 121, 123, 126, 131, 135, 143, 144, 145, 146, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 231, 232, 233, 234, 237, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 250, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 264, 265, 267, 268, 270, 271, 277, 278, 280, 282, 284, 285, 286, 287, 289, 290, 291, 298, 306, 307, 308, 309, 311, 312, 315, 345, 349, 351

Ensino de química 25, 31, 33, 34, 35

Ensino médio 6, 7, 9, 16, 24, 25, 27, 34, 59, 88, 90, 91, 94, 109, 111, 112, 113, 115, 116, 164

Ensino público 163, 171, 201, 204

Ensino superior privado 157, 158, 159, 160, 164, 166, 167, 172, 175, 176

Estatística aplicada 54

Extensão da sala de aula 54

Extraescolares 14, 17, 19, 20, 21, 22

F

Fanfics 211, 212, 213, 215, 216, 217

Formação de professores 1, 13, 21, 36, 41, 133, 143, 188, 189, 199, 245, 246, 256, 263, 280, 281, 282, 284, 285, 286, 306, 308, 311, 312

Foucault 177, 178, 179, 182, 185, 187, 297, 303, 325, 327, 329, 334, 348

Fracasso escolar 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23

G

Gestão democrática 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53

Gestor escolar 45, 47, 49, 50, 51, 53

I

Inédito-viável 201, 202, 205, 207, 208, 209

Intraescolares 14, 17, 19, 20, 22

J

Jogo didático 24, 25

L

Legislação 2, 6, 47, 48, 49, 126, 145, 155, 199, 254, 256, 261, 268

M

Merleau-ponty 177, 178, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Multidisciplinaridade 109

N

Nanociência 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116

Nanotecnologia 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116

P

Perfil docente 1, 2, 4, 11

Precarização 157, 158, 159, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176

Produção de texto 140, 211, 212, 213, 215, 216, 217

Professor 2, 4, 5, 7, 10, 11, 19, 20, 21, 25, 26, 27, 30, 31, 34, 38, 57, 58, 73, 81, 93, 102, 111, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 134, 136, 138, 143, 144, 152, 168, 171, 188, 189, 192, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 258, 259, 261, 280, 281, 282, 283, 285, 286, 287, 289, 306, 308, 312, 313, 317, 318, 319, 320, 336, 339, 347

Psicologia histórico-cultural 20, 36, 43

T

Tecnologia 1, 2, 3, 7, 10, 12, 27, 69, 106, 107, 111, 116, 135, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 222, 225, 229, 249, 261, 263, 334

Trabalho docente 5, 131, 157, 158, 159, 161, 164, 166, 167, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 198

 **Atena**
Editora

2 0 2 0